

PERCEPÇÃO E CAUSALIDADE: UMA DISCUSSÃO DE J. R. SEARLE COM D. M. ARMSTRONG

João Paulo M. de Araujo¹

ORCID iD: [0000-0002-8169-4053](https://orcid.org/0000-0002-8169-4053)

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar uma pontual discussão entre J. R. Searle e D. M. Armstrong acerca das concepções de Searle sobre percepção e causalidade em *Intentionality* (1983). Apesar de existir alguns pontos em comum nas perspectivas de Searle e Armstrong, o cerne da discussão se constitui a partir do tipo de realismo direto defendido por Searle e do modo como ele relaciona a intencionalidade com a percepção e a causalidade. Grosso modo, podemos afirmar que a distinção entre a perspectiva de Searle e Armstrong se encontra em seus pontos de partida. Enquanto que Searle pode ser tomado como um internalista no que concerne ao caráter intencional da percepção, Armstrong é um externalista e reducionista. A partir da crítica de Armstrong ao realismo direto de Searle, desenvolvo algumas considerações em torno da uma breve e controversa passagem na qual Searle se compromete com a ideia de que apesar de sermos uma dentre tantas versões cognitivas na natureza, ainda assim percebemos as coisas diretamente.

Palavras-chave: Percepção; Causalidade; Intencionalidade; Realismo direto.

Abstract: This paper aims to present a punctual discussion between J. R. Searle and D. M. Armstrong on Searle's conceptions of perception and causality in *Intentionality* (1983). Although there are similarities in the perspectives of Searle and Armstrong, the kernel of the discussion is based on the type of direct realism endorsed by Searle and the way he relates intentionality with perception and causality. Roughly speaking, we can say that the distinction between Searle and Armstrong's perspective is at their starting points. While Searle can be taken as an internalist about the intentional character of perception, Armstrong is an externalist and reductionist. From Armstrong's criticism of Searle's direct realism, I develop some considerations around a brief and controversial passage in which Searle commits to the idea that although we are one of many cognitive versions in nature, we still perceive things directly.

Keywords: Perception; Causality; Intentionality; Direct realism.

1. Percepção, causação e intencionalidade

Searle (1983) chama a atenção de que em algumas discussões na filosofia da mente é comum haver uma incômoda relação entre a intencionalidade e a causalidade. A razão disto está em suas pressuposições originárias dos debates filosóficos da tradição em que a intencionalidade muitas vezes é conceituada como algo transcendente ou metafísico, que não faz parte do nosso mundo natural. Em contrapartida, a causalidade via de regra, é entendida como uma relação física de causa e efeito entre objetos e eventos neste mesmo mundo natural. Considerada ambas as perspectivas deste ponto de vista mais clássico, o que podemos dizer

¹ Doutor em Filosofia pelo Programa de Doutorado Interinstitucional UFPB-UFPE-UFRN e Professor Substituto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: joapaulo-araujo@outlook.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6322631918437131>.

sobre a relação entre intencionalidade e causalidade? Esta é a pergunta que Searle faz no capítulo 4 de seu clássico *Intentionality* (1983), lugar onde ele tratou da questão da *causação intencional*. A razão das considerações de Searle sobre este ponto, tem por objetivo oferecer uma explicação da causalidade de maneira intencional, e duas formas de entender isso é através da percepção e da ação. Para tal empreendimento, segundo Searle (1983, p. 112), devemos considerar a intencionalidade como parte do mundo natural e não como algo transcendente. Uma vez que a intencionalidade pode ser entendida como algo que faz parte do mundo físico, e as relações causais tradicionalmente são entendidas apenas como relações entre objetos físicos no mundo, Searle (1983, p. 112) duplamente naturaliza a intencionalidade e intencionaliza a causalidade.

Em seu texto², David Armstrong (1993) desenvolve algumas considerações sobre a visão de Searle da percepção e da causalidade. Inicialmente Armstrong se apresenta simpático a algumas teses de Searle sobre a percepção. Ele aceita a concepção intencionalista de Searle (1983, p. 39) de que a experiência visual possui um direcionamento a objetos e estados de coisas no mundo. Além do mais, endossa a visão de que o conteúdo intencional de uma experiência visual é algo equivalente a uma proposição completa (*whole proposition*). Ser uma proposição completa, segundo Searle (1983, p. 40), não significa ser algo puramente linguístico, significa neste caso que seu conteúdo pressupõe a existência de um estado de coisas no mundo que deve ser satisfeito. Aliado a estes pontos, Armstrong (1993, p. 154) está de acordo com a rejeição de Searle sobre o papel dos *dados dos sentidos* (*sense-data*) na explicação da percepção, isto é, não existe algo (*sense-data*) interposto entre a experiência visual (intencional) e o objeto (intencional) da percepção. Isso faz de Armstrong um realista direto³, contudo, isso não significa que o tipo de realismo de Armstrong é o mesmo tipo de realismo sustentado por Searle. A razão desta rejeição, tanto de Searle quanto de Armstrong, repousa sobre a ideia de que os teóricos dos dados dos sentidos têm alegado que os *sense-data* são metafisicamente distintos do mundo físico e que isso, por conseguinte, qualificaria os teóricos dos dados dos sentidos como representacionistas⁴.

² Intentionality, Perception, and Causality: Reflections on John Searle's *Intentionality*.

³ Frank Jackson (2001) corrobora esta visão, de acordo com ele, Armstrong em *Perception and the Physical World* (1961) defende um realismo direto.

⁴ Por outro lado, de acordo com Fiona Macpherson, é controversa a clássica afirmação de que a teoria dos dados dos sentidos é uma teoria representacionista. Em seu artigo "*Is the Sense Data Theory a Representative Theory?*" (2014) ela aborda variantes formas de representacionismo e argumenta na direção de que a teoria dos dados dos sentidos é algo à parte de qualquer teoria representacionista. Obviamente que se trata de uma interpretação bem peculiar uma vez que filósofos como Russell, Ayer, C. I. Lewis dentre outros, pressupõem a existência de dados dos sentidos e defendem pontos de vista representacionistas no que diz respeito às suas formas de realismo.

Segundo Armstrong (1993), o primeiro momento de estranheza na argumentação de Searle (1983, p. 45) é quando ele afirma que experiências visuais e percepções são eventos mentais conscientes. Mas seriam eles exclusivamente conscientes? Até então, Searle ainda não tinha desenvolvido suas considerações sobre o inconsciente e mais precisamente, sobre percepção inconsciente. Em *The Rediscovery of the Mind* (1992), há um capítulo sobre o inconsciente e sua relação com a consciência. Todavia, o lugar que o inconsciente ocupa na explicação searleana é deveras controverso, uma vez que o inconsciente não está originalmente disposto na categoria dos fenômenos mentais, mas sim, nos fenômenos neurofisiológicos onde, de acordo com Searle (1992, p. 159), “a ontologia dos estados mentais inconscientes [...] consiste inteiramente na existência de fenômenos puramente neurofisiológicos”. Como enfatiza Prata (2020, p. 271), “os fenômenos inconscientes não possuem uma existência mental *efetiva*, mas possuem apenas uma existência disposicional, codificada na estrutura física do cérebro”. Em uma seção deste mesmo capítulo de *The Rediscovery of the Mind*, ao tecer algumas considerações sobre a noção de inconsciente em Freud, Searle chega a tocar no tema da percepção. Contudo, o pano de fundo de suas explicações sobre a percepção continuam sendo aqueles presentes nas reflexões do segundo capítulo de *Intentionality*, onde claramente não há uma discussão sobre percepção inconsciente pois, de acordo com a definição de Searle (1983, p. 45), experiências visuais, assim também como outros tipos de experiências perceptuais, são tratadas apenas como *eventos* mentais *conscientes*.

Uma dificuldade final com essa analogia perceptiva é a seguinte: A percepção trabalha com a suposição de que o objeto percebido exerce um impacto causal no meu sistema nervoso, o que causa minha experiência dele, então quando eu toco algo ou sinto algo, o objeto da percepção causa uma certa experiência. Mas como isso poderia funcionar no caso em que o objeto percebido é em si uma experiência inconsciente? (SEARLE, 1992, p. 171).

A reflexões de Searle sobre percepção inconsciente, isto é, no contexto de uma teoria da percepção, só serão desenvolvidas num breve capítulo de *Seeing Things As They Are* (2015). Em trabalhos anteriores como *Mind* (2004) e no artigo *Perceptual Intentionality* (2012), Searle sequer esboça algo em direção a uma discussão do que seria o fenômeno da percepção inconsciente.

Por outro lado, em sua leitura de Searle, Armstrong (1993, p. 154) ressalta que não vê nenhuma dificuldade com a noção de que a percepção é um tipo de evento mental. O problema gira em torno da exclusividade, isto é, do porquê este tipo de evento deve ser estritamente consciente. Do fato de que percepções são tratadas como eventos mentais conscientes, disto

não se segue que não possam existir percepções inconscientes no qual, segundo Armstrong (1993, p. 154), o perceptor não tem consciência delas. Para isso ele apresenta como contraponto um dos trabalhos do psicólogo britânico N. F. Dixon (1971), sendo este trabalho considerado por Armstrong (1993, p. 154) uma fonte de evidência empírica da existência de percepções inconscientes, e ressalta que não vê nenhuma razão para a rejeição de Searle sobre este fato. Em seu seminal livro *A Materialist Theory of the Mind* (1968), Armstrong elaborou algumas considerações sobre a noção de percepção inconsciente. Em uma de suas passagens temos:

Casos de percepções inconscientes são fáceis de encontrar. Eu passo por um letreiro, meus olhos repousam sobre ele, mas não estou ciente de ver o que está escrito. Um pouco mais tarde, perguntam-me o que estava escrito no letreiro e, para minha surpresa, descubro que sei. É natural dizer que, embora eu não estivesse ciente de perceber a escrita no letreiro, eu realmente a percebi (ARMSTRONG, 1968, p. 231).

De antemão, duas questões precisam ser mencionadas. Em primeiro lugar, curiosamente em sua resposta ao artigo de Armstrong, Searle (1993) sequer entra neste debate sobre uma *rejeição* de percepções inconscientes. Isto nos leva à segunda questão; a discussão sobre percepção inconsciente é algo que não existe nas considerações de Searle sobre a intencionalidade da percepção. A maneira como Armstrong se reporta à Searle sobre este ponto pressupõe que Searle tenha afirmado com todas as palavras que não existe percepção inconsciente, quando na verdade, Searle sequer toca neste assunto em *Intentionality*. Já em *The Rediscovery of the Mind*, vimos que existe um capítulo para discutir o inconsciente. Acredito que Searle tenha intencionalmente ignorado a crítica de Armstrong sobre a percepção inconsciente por não dispor de uma explicação para tal.

No que diz respeito à experiência perceptiva, Searle (1993, p. 48) sustenta que é parte das condições de satisfação de uma experiência visual que a experiência deva ser causada pelo estado de coisas no mundo. Trata-se neste caso de um comprometimento de Searle com uma teoria causal da percepção aos moldes de Grice (1961), todavia, na teoria de Searle existe o elemento intencional na explicação perceptual. Armstrong parece estar de acordo com isto, no entanto, no que concerne às minúcias deste ponto, ele parece distorcer (ou pelo menos não compreendeu) esta parte da explicação de Searle sobre o que ele concebe por experiência visual, percepção, objeto e conteúdo intencional. Numa passagem de seu texto Armstrong afirma o seguinte:

Searle enfatiza que este não é o ponto já conhecido de que a percepção de uma extensão amarela é apenas uma percepção atual e física de uma extensão

amarela, se essa extensão causa a percepção (de uma maneira não-desviante). Searle sustenta que a experiência é uma experiência *dessa* experiência causada pela extensão amarela, mesmo onde não há uma extensão amarela real e, como resultado, o conteúdo é puramente intencional (ARMSTRONG, 1993, p. 154).

Ora, uma das teses de Searle que podemos considerar aqui é: quando ele introduz a noção de experiência visual, o faz com o objetivo de mostrar uma distinção entre *experiência* e *percepção*. Em outras palavras, posso ter muitos tipos de experiências visuais, mas tais experiências só se configuram como uma percepção se suas condições de satisfação forem atendidas, do contrário, diremos que se trata de uma experiência visual, mas sem ser um caso verídico de percepção. Isso fica mais claro quando pensamos no exemplo da alucinação. No caso alucinatório temos a experiência visual que possui um conteúdo intencional; porém, tal experiência carece de um objeto intencional que valide o conteúdo da experiência visual. Esta tese searleana mais elementar parece não se passar pelo entendimento de Armstrong quando ele endereça esse tipo de crítica à teoria de Searle.

Durante o texto de Armstrong (1993), um dos pontos que vai se tornando mais claro é que ele parece não entender a intencionalidade da percepção quando Searle afirma que ela pode ser aplicada tanto a humanos quanto a animais não humanos. Armstrong chega a ridicularizar este ponto ao afirmar que “Searle aprecia apropriadamente a necessidade de qualquer explicação da percepção se aplicar tanto aos animais quanto a nós mesmos” (ARMSTRONG, 1993, p. 154). E continua atacando a teoria de Searle com as seguintes considerações:

Mas poderia ser o caso, eu me pergunto, que o objeto intencional das percepções de um cachorro deva incluir, além de uma cena externa, a relação corporal do cachorro com aquela cena, o componente auto-referencial que a própria percepção, algo na mente do cão, deve ser causado pela cena externa? parece um pouco demais. Que preocupações seu cachorro têm com suas próprias percepções? Está ciente de tê-las? (ARMSTRONG, 1993, p. 154).

Não é disto que se trata. Em resposta Searle afirmou que ele não estava argumentando que um cachorro pode ter um pensamento do tipo: ‘tenho uma experiência visual causalmente auto-referencial’. Pelo contrário, Searle está afirmando “que qualquer experiência visual, como qualquer experiência tátil, é experimentada por nós como causada por seu objeto intencional” (SEARLE, 1993, p. 183-4). Nesse sentido, a distorção do pensamento de Searle ocorre justamente quando Armstrong afirma que Searle “deseja que a causação seja parte do objeto intencional da experiência” (SEARLE, 1993, p. 184). Em *Intentionality*, temos uma passagem que esclarece o ponto de vista de Searle:

Quais são os elementos que compõem as condições de verdade de sentenças da forma " x vê y " onde x é um perceptor, humano ou animal, e y é, por exemplo, um objeto material? Quando vejo um carro ou qualquer outra coisa, tenho um certo tipo de experiência visual. [...] É importante enfatizar que, embora a percepção visual tenha sempre como componente uma experiência visual, não é a experiência visual que se vê, em qualquer sentido literal de "ver", pois se eu fechar meus olhos a experiência visual cessa, mas o carro, a coisa que vejo, não cessa (SEARLE, 1983, p. 37-8).

Este ponto de vista parece resistir a uma compreensão por parte de Armstrong. A distinção que Searle faz entre 'experiência perceptual consciente' e 'consciência' tem outro sentido nas considerações de Armstrong.⁵ Ele acredita que Searle deveria distinguir entre 'percepção' e 'experiência perceptual' pois, em seu entendimento "o objeto intencional de uma mera percepção nada mais é do que um estado de coisas externo (incluindo uma relação com o próprio corpo do observador)" (ARMSTRONG, 1993, p. 154). As considerações de Armstrong têm como pressuposto uma íntima relação entre crença e percepção. Para Armstrong (1968, p. 209) "percepção verídica é a aquisição de crenças verdadeiras, ilusão sensorial a aquisição de crenças falsas". Poderíamos acusar Armstrong de ser um reducionista no que concerne a explicação da percepção em termos de crenças verdadeiras ou falsas, todavia, tal acusação não possuiria impacto algum, pois, Armstrong é um reducionista convicto, não só acerca da percepção, mas também sobre as questões de filosofia da mente como um todo:

É claro que a função biológica da percepção é fornecer ao organismo informações sobre o estado atual de seu próprio corpo e seu ambiente físico, informações que auxiliarão o organismo na condução da vida. Essa é uma pista importante para a natureza da percepção. Isso nos leva à visão de que a percepção nada mais é que a aquisição de crenças verdadeiras ou falsas sobre o estado atual do corpo do organismo e do ambiente (ARMSTRONG, 1968, p. 209).

Assim, podemos perceber uma diferença entre a relação de crenças e percepção em Searle e Armstrong. Isto porque Searle estabelece algumas similaridades e distinções (analogias e desanalogias) entre a forma da intencionalidade da crença/desejo e da intencionalidade da percepção. A título de exemplificação, no que concerne a uma distinção, percepção não pode ser reduzida a apenas aquisição de *crenças verdadeiras* como afirma Armstrong. A experiência visual não é apenas um evento mental consciente, sua relação com as condições de satisfação

⁵ Sobre este ponto, temos a resposta de Searle para Armstrong: "É a recusa de Armstrong em aceitar a concepção de senso comum de experiências perceptuais conscientes e consciência, em geral, que o leva a fazer uma distinção entre percepções e experiências perceptuais. Uma experiência perceptual que devemos pensar em uma consciência de segunda ordem de uma percepção. A certa altura, ele me estende um ramo de oliveira, sugerindo que eu "poderia ou deveria" aceitar essa distinção. Mas tenho que afastar o ramo de oliveira. Toda percepção consciente é precisamente uma experiência perceptual consciente" (SEARLE, 1993, p. 184).

está para além das caracterizações de crenças e desejos, e isto se dá precisamente na distinção que Searle faz entre *representação* e *apresentação*. Posso ter a crença de que “Recife é a capital de Pernambuco” e, no entanto, não estar conscientemente pensando nesta crença; por outro lado, “a experiência possui uma espécie de *direcionalidade*, *imediaticidade* e *involuntariedade* que não é compartilhada por uma crença que eu possa ter sobre um objeto na sua ausência” (SEARLE, 1983, p. 46). Neste sentido, Searle (1983, p. 46) advoga que não seria natural descrever as experiências visuais como representações e que esse tipo de abordagem pode implicar em uma teoria representativa da percepção, que grosso modo, pode ser caracterizada pela ideia de que o tipo de acesso perceptual que tenho ao mundo ocorre de forma indireta, isto é, minhas percepções são representações indiretas dos objetos do mundo real. Todavia, existe uma passagem em *Intentionality* onde o realismo de Searle (1983, p. 75-6) parece oscilar em direção a um tipo de teoria representativa da percepção, inclusive Armstrong tem consciência disso. Este ponto pode ser traduzido como uma incongruência entre sua defesa da tese de que a percepção é intencional e que percebemos as coisas diretamente. Veremos este ponto no próximo tópico.

A explicação de Armstrong parece reduzir a explicação de Searle a uma mera teoria causal da percepção na qual Searle rejeita devido ao papel que a intencionalidade desempenha em sua teoria, a causalidade para Searle é intencional. Todavia, Armstrong (1993, p. 155) insiste afirmando que a teoria de Searle poderia ser algo equivalente a uma “*doutrina da análise Causal dos conceitos mentais*”, onde dada tal análise, as percepções que são *dadas* na consciência são causadas por estados de coisas no mundo. Porém, este tipo de análise causal que Armstrong está tentando extrair da explicação de Searle deveria esgotar a explicação da natureza da percepção quando seus objetos são dados na consciência, mas segundo Armstrong (1993, p. 155), não é isso que ocorre.

O maior ponto de discordância de Armstrong com relação à Searle ocorre pelo modo como Searle caracteriza as condições de verdade de uma sentença do tipo “*X vê que há uma Station Wagon amarela em frente de X*”. Essa caracterização inclui duas outras sentenças, a saber, *X* tem uma experiência visual que possui: (a) certas condições de satisfação; e (b) certas propriedades fenomenais (cf. ARMSTRONG, 1993, p. 155). A questão não é nem tanto em torno das condições de satisfação de uma percepção, pois como vimos, Armstrong partilha da ideia de que estados de coisas causam experiências visuais perceptivas. O ponto central repousa sobre a noção de *propriedades fenomenais*. Nas palavras do próprio Armstrong (1993, p. 155) “não acho que existam quaisquer propriedades fenomenais ligadas à percepção ou, na verdade,

a qualquer outro estado mental [...]” Para corroborar sua visão ele cita o artigo “*Experience*” de Farrell (1950), nele repousa a noção de que a experiência é distinta do que é experimentado, isto é, a experiência não possui características, é transparente e sem qualidades. Armstrong afirma que “a qualidade especial que as pessoas com visão associam à vermelhidão é a vermelhidão, uma propriedade de coisas externas, como superfícies” (1993, p. 155). Aliado a esta consideração, Armstrong recorre a uma explicação científica externalista e ontologicamente objetiva de propriedades fenomenológicas de coisas tais como a “vermelhidão de algo vermelho”. Ora este vocabulário é bastante familiar, e foi duramente criticado (tanto no âmbito *internalista* quanto *externalista*) por Sellars (2008) como sendo uma espécie de dogma do empirismo, a saber, o mito do dado. Com razão Armstrong (1993, p. 156) afirma que o modelo explicativo de Searle da intencionalidade da percepção pressupõe a existência de propriedades fenomenológicas internas e argumenta não está negando a existência de qualidades fenomenais, mas apenas a localização delas. Para ele essas propriedades estão nos objetos externos, e não “dentro da cabeça” como pensa ser o caso de Searle.

2. Realismo direto e teoria representacional

Na *seção VII do capítulo dois de Intentionality* existe uma discussão acerca de uma argumentação cética contra o realismo direto que Searle defende. Com base em uma passagem no final desta seção, Armstrong (1993, p. 156) afirma que Searle estaria endossando uma versão sofisticada de teoria representativa da percepção. Todavia o ponto alvo de Armstrong diz respeito a ideia de que Searle estaria incorrendo em uma doutrina cética. Vejamos seguinte passagem:

Não podemos saber como o mundo realmente é porque só podemos saber como é em relação à nossa própria constituição empírica e às formas em que ela tem um impacto causal em nossa constituição. Mas esse ceticismo não procede; o que procede é que podemos saber como o mundo é, mas a nossa própria noção de como ele é está relacionada à nossa constituição e nossas transações causais para com ele (SEARLE, 1983, p. 76).

Searle (1993) argumenta que se trata de um deslocamento do eixo da questão para entendermos que a noção de como as coisas são em si mesmas é relativa à nossa capacidade de receber *inputs* causais do mundo. Por conseguinte, o mundo em sua maior extensão existe independentemente do modo como o representamos ou como ele se apresenta para nós na percepção. Até aí tudo bem, mas a questão é sobre a ideia de que só podemos saber como o

mundo é em relação à nossa própria constituição cognitiva. Em minha interpretação, isso é algo que tensiona a compatibilidade do realismo de Searle com a intencionalidade da percepção. Por outro lado, como foi dito, Armstrong (1993, p. 156) conduz sua interpretação afirmando que nessa passagem Searle estaria sustentando alguma doutrina cética, que por seu turno, afastaria Searle de uma defesa de seu realismo direto.

Minha razão primária para compreender a interpretação de Armstrong é que ele esteve atento ao modo como Searle descreveu o tipo de argumentação cética usada contra sua teoria da percepção. Em suma, de acordo com Searle (1983, p. 71-2), a argumentação consiste em afirmar que a sua versão causal do realismo ingênuo conduz ao ceticismo da possibilidade de jamais conhecermos o mundo real com base na percepção, pois, não teríamos nenhum ponto de vista neutro para avaliar as relações entre as experiências do sujeito e os objetos físicos que supostamente causariam tais experiências. Novamente, minha questão diz respeito a passagem onde Searle afirma (em resposta ao cético) que “podemos saber como o mundo é, mas a nossa própria noção de como ele é está relacionada à nossa constituição e nossas transações causais para com ele” (SEARLE, 1983, p. 76). Considero essa passagem problemática, pois, pode nos conduzir a uma confusão.

Afirmar que podemos saber como o mundo é, mas apenas a partir do ponto de vista de nossa constituição, pode nos conduzir a ideia de que existe uma parcela da realidade que não nos é acessível. Se há uma parcela da realidade que não nos é acessível, isso significa que não percebemos as coisas diretamente. E de fato sabemos que dada a nossa constituição cognitiva, é razoável admitir a concepção de que a maneira como percebemos as coisas (não importa agora se direta ou indireta) é apenas uma dentre várias versões cognitivas existentes na natureza. Searle tem consciência desse ponto, ele chega a dar o exemplo de “propriedades do mundo não imediatamente acessíveis aos sentidos, tais como o ultravioleta e o infravermelho” (SEARLE, 1983, p. 75). Ao mencionar Kant, Searle tenta deslocar a discussão da *coisa em si* removendo-a do reino metafísico e trazendo-a para o mundo físico. Num momento do texto ele afirma que “a própria noção de como as coisas são em si mesmas é relativa à nossa capacidade de receber *inputs* causais de um mundo que na maior parte existe independentemente de como o representamos” (1983, p. 76). Entretanto, de acordo com Searle (1983, p.76), “esse relativismo causal é compatível com o mais ingênuo dos realismos”.

Como poderia ser essa compatibilidade? Um exemplo notório de uma versão cognitiva distinta da nossa é o do morcego apresentado no artigo de Thomas Nagel (1974), outro é o da estrutura perceptual dos *Octopus* descrito por Godfrey-Smith (2019) em seu livro sobre a

origem da consciência nos polvos marinhos. De um ponto de vista mais propriamente biológico, os trabalhos de Jacob Von Uexküll (1957) também trazem essa discussão de que dada uma só realidade diferentes organismos captam diferentes aspectos sensoriais desta mesma realidade, que por seu turno, se traduziriam numa pluralidade de mundos de acordo com a estrutura orgânica e capacidades perceptuais de cada espécie. Enquanto que a teoria representativa (cf. MAUND, 2003) sustenta que existem dois tipos distintos de consciência perceptual, a saber, uma percepção direta de objetos não físicos internos e uma percepção indireta de objetos físicos externos, o realismo direto advoga que existe apenas um tipo de consciência perceptual de objetos físicos que não é mediada por nada mais. A minha pergunta agora assume a seguinte forma: como é possível compatibilizar a ideia de que existam diferentes versões cognitivas na natureza com a tese de que a percepção é direta? Para Searle não há nenhum problema com essa compatibilidade e em tese ele acredita que sua teoria corresponde a isso, pois, vimos que a percepção é direta não só para adultos e crianças (sem aquisição de linguagem), mas também para animais não humanos. O que Searle está propondo? Que apesar de existirem diferentes versões cognitivas na natureza, e que nós enquanto espécie (apenas uma das variadas versões) percebemos as coisas diretamente? Se sim, existem dois caminhos. O primeiro é que outras versões cognitivas, mesmo sendo diferentes, também percebem diretamente os mesmos objetos que percebemos. O segundo é que cada versão cognitiva percebe diretamente os objetos do mundo, mas esta percepção é limitada à própria constituição da espécie. Em termos gerais, para o primeiro caminho, se todas as versões cognitivas percebem as coisas diretamente, isto significa que não há distinção alguma entre nossa versão cognitiva e a de outras espécies. Já no segundo caminho, não podemos considera-lo um caso de realismo direto, pois se há diferentes versões cognitivas na natureza e suas percepções são limitadas pela constituição biológica de cada espécie, logo, cada espécie possui um modo próprio de perceber as coisas ainda que diante de um mesmo objeto da percepção.

Do fato de que nós percebemos apenas um aspecto da realidade devido a uma limitação da nossa constituição biológica ou cognitiva, não implica que percebemos esse aspecto da realidade diretamente ou indiretamente. Sabemos (e Searle tem consciência disso) que do ponto de vista de uma descrição física do espectro eletromagnético, nossa visão é algo que opera numa região que fica entre uma frequência limite mais alta de radiação ultravioleta e uma frequência limite mais baixa de radiação infravermelha. A partir desse exemplo, dado que só podemos perceber uma limitada faixa do espectro de cores não podemos inferir que nosso tipo de acesso é direto, tampouco indireto. É inegável o poder explicativo da ciência que nos oferece uma

descrição de mundo extremamente sofisticada. Quando colocamos as lentes pelas quais a ciência enxerga a realidade podemos ampliar nossas capacidades perceptuais de mundo, e novamente, isso não implica em dizer que nosso acesso à realidade cada vez mais refinado e ampliado por uma descrição científica de mundo seja direto ou indireto. Os objetos de minha percepção imediata de senso comum que eu acreditava perceber diretamente se mostraram percepções indiretas quando submetidas às lentes de um microscópio ou telescópio. Nesse tipo de experiência perceptual eu pude aumentar o meu conhecimento de entidades não observáveis ao olho nu. Aqui cabe a pergunta: então isto significa que antes eu percebia indiretamente, mas que agora percebo diretamente? E quando surgirem novas formas de observação que tornem mais sofisticadas o nosso alcance perceptual? Significa que as anteriores eram percepções indiretas e que as atuais são percepções diretas? É um truísmo que ampliamos nossa capacidade conhecimento, mas este ponto não contribui em nada para a defesa de Searle de que a percepção é direta. Se percebemos as coisas como elas são, isso significa que para qualquer que seja a versão cognitiva os objetos da percepção serão os mesmos, mas não é isso que acontece.

Penso que o mais importante seria tentar esclarecer o que seria um acesso direto à realidade. Acredito que essa questão mereça um pouco de atenção. Faremos uma distinção entre dois sentidos para “percepção direta”, aquilo que chamo de um ‘*sentido forte*’ e um ‘*sentido fraco*’. No *sentido fraco* temos a ideia de que nossa relação perceptual com o mundo ocorre de forma direta e imediata, mas no sentido de que não percebemos *sense-data*, nem representações ou ideias etc. Todavia, há algo no *sentido fraco* que tem o poder de mediar nossa relação perceptual com o mundo, a saber: linguagem. É através dela que categorizamos conceitualmente nossas percepções. O próprio Searle tem consciência disso, em suas próprias palavras “muitas de nossas experiências visuais sequer são possíveis sem o domínio de certas capacidades de *Background* e proeminente entre elas são as capacidades linguísticas” (SEARLE, 1983, p. 54). A linguagem é um veículo por meio do qual eu acesso os objetos da percepção. Um signo como “TOOT”⁶ que apesar de se constituir como um estímulo constante, podemos interpretá-lo perceptualmente de vários modos. “Neste caso, o que se quer dizer é que um certo domínio conceitual é uma pré-condição para se ter uma experiência visual” (1983, p. 54). A questão que se afigura é: Como podemos adequar estas variadas respostas a um mesmo signo com a ideia de que percebemos diretamente? Obviamente que estamos falando do *sentido fraco* de percepção direta.

⁶ Searle usa esse exemplo no capítulo dois de *Intentionality* para se referir as diferentes respostas perceptuais que podemos oferecer dado o nosso background.

Por outro lado, o que dizer de percepção direta no *sentido forte* da palavra? Se formos filosoficamente rigorosos, é impossível falarmos de percepção direta de objetos no *sentido forte*. Qualquer tentativa de esboçar tal concepção mostrará o quão problemático seria argumentar neste caminho. O mais próximo que poderíamos caracterizar por uma percepção direta no sentido forte pode ser encontrado em *Seeing Things As They Are*, isto é, na definição que Searle usa para percepção básica que é definida por ele como “qualquer percepção de um objeto ou característica que você possa ter sem perceber algo mais através da qual você a perceba” (SEARLE, 2015, p. 112). Esta definição é usada por Searle para o que ele chama de características de nível mais baixo da percepção que é resumida por ele em termos de cores e formas. Entretanto, cores e formas estão relacionadas com nossas capacidades conceituais de percepção, por conseguinte, elas fazem parte de nossas capacidades linguísticas, e como vimos, a linguagem já cumpre a função de mediar nossa relação perceptual com o mundo.

3. Realismo causal

Armstrong iniciou seu texto apresentando alguns pontos que ele estaria de acordo com Searle, mas vimos que aos poucos ele foi mostrando seu descontentamento com algumas questões até chegar à sua maior fonte de discordância que repousa sobre a noção searleana de que propriedades fenomenais são características internas da consciência perceptual e não características externas dos objetos no mundo. Ao final de seu texto, Armstrong novamente volta a concordar com Searle, ao menos em alguns aspectos que envolvem a causalidade. A concordância ocorre a partir de uma passagem em que Searle afirma que “toda experiência de perceber ou agir é precisamente uma experiência de causalidade” (SEARLE, 1983, p. 123-4). Essa afirmação de Searle tem como pano de fundo uma crítica a noção humeana de causalidade. O exemplo clássico é o das bolas de bilhar em que uma bola *A* cumpre seu trajeto até a bola *B* causando seu movimento. Segundo Searle (1983, p. 112), a concepção tradicional de origem humeana afirma que quando observamos uma cena como no caso das bolas de bilhar, não percebemos realmente nenhuma conexão causal entre as duas bolas, por conseguinte, o que apenas observamos é um evento seguido de outro.

Entretanto, Searle afirma que causalidade não pode ser objeto da percepção, e isso por sua vez, faz com que Armstrong discorde completamente de Searle. Armstrong toma nota de uma

menção que Searle faz ao trabalho de Michotte⁷(1954), e considera estranha tal menção uma vez que “Michotte pensou, e tentou provar por meio de experimento, que alguém pode observar sequencias causais visualmente” (ARMSTRONG, 1993, p. 157). E continua afirmando que Michotte “também se refere à percepção tátil, e aqui é muito plausível dizer que nossa percepção de causalidade, embora corrigível, é uma percepção tão direta quanto qualquer outra percepção de uma relação” (ARMSTRONG, 1993, p. 157). O exemplo que Armstrong (1993, p. 157) traz é sobre alguém que está consciente de um objeto exercendo pressão sobre seu corpo; neste sentido, a pressão seria uma ação causal na qual o indivíduo perceberia diretamente. Armstrong parte da ideia de que somos diretamente conscientes de várias coisas externas, sobretudo das relações causais, e acusa Searle de que suas considerações sobre a percepção possui “um resíduo infeliz de fenomenalismo” (ARMSTRONG, 1993, p. 157), sendo este resíduo “a doutrina em que não é logicamente possível que algo apareça perceptivamente a observadores normais em condições normais para ter uma certa qualidade sensível [...]” (ARMSTRONG, 1993, p. 157). Armstrong finaliza sua discussão insistindo na mesma crítica (motivo central de sua discordância com Searle) afirmando que “as qualidades e relações sensíveis são tão independentes dos percipientes quanto quaisquer outras propriedades das coisas” (ARMSTRONG, 1993, p. 157).

Em que medida as críticas de Armstrong à explicação de Searle sobre a causalidade são pertinentes? Existe uma sutileza na explicação de Searle sobre a causação, tal sutileza deve ter passado batido na interpretação de Armstrong que durante o texto, salvaguardando alguns pontos, parece fazer considerações apressadas da perspectiva searleana. Em primeiro lugar quando Searle cita o trabalho de Michotte e também o de Piaget (1974), ele o faz com o intuito de apresentar dados empíricos que possam demonstrar que nós percebemos relações causais o tempo todo no nosso cotidiano. Segundo, no que concerne a afirmação de Searle que a causação não pode ser objeto da percepção precisamos fazer algumas breves considerações. Searle advoga um realismo causal, ou seja, a ideia de que “o termo “causa” designa uma relação real no mundo real” (SEARLE, 1983, p. 121). Isso por seu turno, como vimos acima, alinha a perspectiva de Searle com as perspectivas empíricas de Michotte e também de Piaget.

O modelo de causação que Searle está discutindo é a causação intencional presente tanto na percepção quanto na ação. Para o caso da percepção que é o que nos interessa aqui, de acordo com Searle (1983, p. 122) “se vejo que há uma flor diante de mim, o fato de haver uma flor

⁷ Albert Michotte (1881-1965) foi um psicólogo experimental belga. O trabalho em questão é: *La Perception de la Causalité*. Louvain. Publications Universitaires de Louvain. 1954.

diante de mim deve causar exatamente a experiência visual cujas condições de satisfação são que haja uma flor diante de mim”.

Searle observa que para casos perceptuais, causa e efeito estão relacionados em termos de uma apresentação intencional e condições de satisfação que têm como direção de ajuste *mundo-mente*, isto é, a causação parte do mundo até a mente do percipiente. No caso da ação, podemos pensar no simples exemplo de levantar o braço. Searle (1983) afirma que quando levantamos o braço, uma parte do conteúdo da experiência é que tenha como determinação o ato de subir o braço, diferentemente do caso da percepção, na ação a causação tem como direção de ajuste *mente-mundo*, ou seja, a causação segue da mente para o mundo. Portanto, numa situação perceptual comum de perceber uma maçã, temos um objeto intencional (a maçã) como causa do conteúdo intencional (a apresentação da maçã na minha mente) da experiência visual. Assim, em particular a causação não pode ser o objeto da percepção, pois a maçã já está cumprindo esta função como condição de satisfação do estado de coisas no mundo. É nesse sentido que Searle afirma que “esse fato é uma consequência do fato de não haver nada de subjetivo na causação. Ela realmente existe” (SEARLE, 1983, p. 130). Por outro lado, falar em realismo causal, é compartilhar da ideia de que a causalidade faz parte do mundo natural, e desta forma, Armstrong também pode ser considerado um realista causal mesmo discordando de Searle.

Referências

ARMSTRONG, D. M. *Perception and the Physical World*. London: Routledge and Kegan Paul. 1961.

ARMSTRONG, D. M. *A Materialist Theory of the Mind*. London: Routledge and Kegan Paul. 1968.

ARMSTRONG, D. M. Intentionality, Perception, and Causality: Reflections on John Searle's *Intentionality*. In: LEPORE, E. & GULICK, R. *John Searle and His Critics*. Massachusetts. Blackwell, 1993. p. 149-58.

DIXON, N. *Subliminal perception; the nature of a controversy*. London, McGraw-Hill. 1971.

FARRELL, B. Experience. *Mind*, 59, April, p. 170-98, 1950.

GODFREY-SMITH, P. *Outras mentes: o polvo e a origem da consciência*. São Paulo. Todavia, 2019.

GRICE, H. P. The Causal Theory of Perception. *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supp. vol. xxxv., p. 121-53, 1961.

JACKSON, F. *Perception: A Representative Theory*. Cambridge University Press, 1977.

JACKSON, F. David M. Armstrong (1926-). In: MARTINICH, A. P. & SOSA, David (Eds.). *A Companion to Analytic Philosophy*. Blackwell Publishers. 2001.

MACPHERSON, F. Is the Sense-Data Theory a Representationalist Theory? *Ratio* (new series), XXVII, 4, December, p. 369-92, 2014.

MAUND, B. *Perception*. Chesham. Acumen. 2003.

MICHOTTE, A. *La Perception de la Causalité*. Louvain. Publications Universitaires de Louvain, 1954.

NAGEL, T. What Is It Like to Be a Bat? *The Philosophical Review*, Vol. 83, No. 4, Oct., p. 435-50, 1974.

PIAGET, J. *Understanding Causality*. New York. W.W. Norton & Col., 1974.

PRATA, T. de A. Consciência e fenômenos mentais inconscientes: as visões de David Armstrong e John Searle. *Philosophos*, Goiânia, v. 25, n. 1, jan./jun., p.237-78, 2020.

SEARLE, J. *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge University Press. 1983.

SEARLE, J. *The Rediscovery of the Mind*. Massachusetts. The MIT Press. 1992.

SEARLE, J. Response: Perception and the Satisfactions of Intentionality. In: LEPORE, E. & GULICK, R. (eds.). *John Searle and His Critics*. Massachusetts. Blackwell. 1993. p. 181-91.

SEARLE, J. *Mind: A Brief Introduction*. Oxford University Press. 2004.

SEARLE, J. Perceptual Intentionality. *Organon F* 19, p. 9-22, 2012.

SEARLE, J. *Seeing Things As They Are: A Theory of Perception*. Oxford University Press. 2015.

SELLARS, W. *Empirismo e filosofia da mente*. Trad. Sofia Inês Albornoz Stein. Petrópolis: Vozes, 2008.

UEXKÜLL, J. V. A Stroll through the Worlds of Animals and Men. In: C.H. SCHILLER (ed. e trad.). *Instinctive Behavior*. New York, International Universities Press, 1957. p. 5-80.

ZEMACK, E. M. Perceptual Realism, Naïve and Otherwise. In: LEPORE, E. & GULICK, R. (eds.). *John Searle and His Critics*. Massachusetts. Blackwell, 1993, p. 169-78.